

tel. 252 501 310  
geral@cspavidos.net

# Centro Social Paroquial de Avidos

## Demonstrações Financeiras

### 31 de Dezembro de 2021

*Índice*

Balanço.....	3
Demonstração de Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração Fluxos de Caixa.....	5
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	6
<b>NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>6</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....</b>	<b>6</b>
<b>2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>7</b>
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....</b>	<b>8</b>
3.1. Principais políticas contabilísticas.....	8
3.2. Alterações das políticas contabilísticas .....	13
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	14
3.4. Correção de erros de períodos anteriores .....	14
3.5. Estimativas.....	14
<b>4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....</b>	<b>14</b>
<b>5. ATIVOS INTANGÍVEIS .....</b>	<b>16</b>
<b>6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS .....</b>	<b>16</b>
<b>7. INVENTÁRIOS.....</b>	<b>16</b>
<b>8. RENDIMENTOS E GASTOS .....</b>	<b>17</b>
<b>9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....</b>	<b>17</b>
<b>10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS .....</b>	<b>18</b>
<b>11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....</b>	<b>18</b>
<b>12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS .....</b>	<b>19</b>
<b>13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....</b>	<b>20</b>
<b>14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>15. OUTRAS DIVULGAÇÕES.....</b>	<b>20</b>

## Balança

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2021	2020
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.2	1 989 323,23	2 033 815,80
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.5	14 982,49	10 878,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 004 305,72	2 044 694,59
Activo corrente			
Inventários	7.2	5 263,29	3 784,54
Clientes		35 743,21	51 099,56
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos		960,58	1 065,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		1 480,20	4 275,85
Diferimentos		4 313,22	
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		145 843,34	162 323,63
Subtotal		193 633,82	222 549,03
<b>Total do activo</b>		<b>2 197 939,54</b>	<b>2 267 243,62</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos		4 987,98	4 987,98
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	3.4	1 058 718,50	1 035 044,69
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		206 517,52	251 239,70
Resultado Líquido do período		49 740,02	23 873,81
<b>Total do fundo do capital</b>	11.2	<b>1 319 964,02</b>	<b>1 314 946,18</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	616 072,44	616 072,44
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		616 072,44	616 072,44
Passivo corrente			
Fornecedores		29 905,18	46 928,68
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos		17 049,30	14 186,71
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	11.4	86 357,86	130 117,75
Diferimentos			
Outras contas a pagar		128 590,94	145 011,83
Outros passivos financeiros			
Subtotal		267 903,08	336 225,00
<b>Total do passivo</b>		<b>877 975,52</b>	<b>952 297,44</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 197 939,54</b>	<b>2 267 243,62</b>

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8.2	686 583,66	698 126,67
Subsídios, doações e legados à exploração	10.1	550 031,57	422 559,69
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.3	-120 231,05	-116 906,45
Fornecimentos e serviços externos		-176 862,44	-169 224,36
Gastos com o pessoal		-914 276,29	-824 644,83
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		104 447,86	92 596,29
Outros gastos e perdas		-660,00	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>129 033,31</b>	<b>102 417,01</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.2	-77 314,55	-75 552,01
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>51 718,76</b>	<b>26 865,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		323,79	0,00
Juros e gastos similares suportados		-2 302,53	-3 191,19
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>49 740,02</b>	<b>23 673,81</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>49 740,02</b>	<b>23 673,81</b>

## Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		749 343,93	736 816,80
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		309 127,73	263 628,73
Pagamentos ao pessoal		710 809,41	613 700,89
Caixa gerada pelas operações		-270 593,21	-140 512,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 833,36	-3 447,35
Outros recebimentos/pagamentos		320 997,14	186 814,21
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		46 570,57	42 854,04
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		17 000,00	39 541,67
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares			0,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-17 000,00	-39 541,67
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		43 760,09	42 894,26
Juros e gastos similares		2 290,77	3 191,23
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-46 050,86	-46 085,49
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-16 480,29</b>	<b>-42 773,12</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>162 323,63</b>	<b>205 096,75</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>145 843,34</b>	<b>162 323,63</b>



*PMA*  
*P. S.*  
*R. S.*  
*P.*

## Anexo às Demonstrações Financeiras

### NOTA INTRODUTÓRIA

Anexo elaborado de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL).

As posições não indicadas correspondem a situações não aplicáveis à Instituição ou a sua apresentação e divulgação não é relevante.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### 1.1. Designação da entidade:

**Centro Social Paroquial de Avidos**

NIPC: 503671665

Instituição de Solidariedade Social - IPSS

#### 1.2. Sede e localização das instalações:

Rua Manuel Correia Marques, n.º 248

Avidos – V. N. Famalicão

4770-795 – Avidos

#### 1.3. Natureza da atividade:

A atividade do Centro Social Paroquial de Avidos é desenvolvida nos termos dos estatutos da instituição, publicados no Diário da República n.º 246 de 24/10/1998, Série III, e tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à Primeira Infância, através de Creche.
- Apoio à Terceira Idade, através de lar de Idosos, Centro de Dia para Idosos, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Apoio Habitacional a Famílias Carenciadas.
- Apoio à Juventude, facultando-lhe Cursos de Formação Profissional que lhe proporcione entrar no mundo do trabalho.

Para desenvolver estas atividades para os utentes a seguir discriminados, a instituição tem nos seus quadros os seguintes trabalhadores, por Resposta Social:

	ERPI	CAD	CD	CRECHE	DIVERSAS	TOTAL
<b>UTENTES</b>	36	31	10	41	4	122
<b>PESSOAL</b>	34	18	10	22	1	85

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AVIDOS

R. Manuel Correia Marques, 284

NIF:503 671 665

6

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Instituição, tendo por base de mensuração o custo histórico, e de acordo com as normas contabilísticas do Sistema de Normalização Contabilística-ESNL (SNC-ESNL), regulado pelos diplomas legais mais relevantes que se seguem:

- DL n.º 158/2009.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.
- Portaria n.º 218/2016 de 23/7.
- Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF - ESNL), aditada pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho.
- - NCRF-ESNL Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Entidades Setor Não Lucrativo.
- Aviso n.º 8257/2016
- Aviso n.º 8259/2016 de 29/07.
- Portaria n.º 220/2016, de 24/07.

Sempre que a NCRF-ESNL não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem à Instituição, em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fez-se recurso pela ordem indicada:

- Às NCRF e NI;
- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

A data do Balanço é 31 de dezembro de 2021, e todas as informações se referem ao período de relato, que é o do Ano Civil de 2021.

Todos os montantes se encontram expressos em Euros.



**2.2. Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício de 2021 são comparáveis às do exercício de 2020.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

**3.1. Principais políticas contabilísticas**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime do Acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Comparabilidade.

**a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

**a.1) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor ou ao justo valor calculado com base em avaliações efetuadas por peritos independentes, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de



compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Instituição espera incorrer.

Os ativos adquiridos por meio de subsídios do governo são reconhecidos, de igual modo, pelo custo de aquisição ou produção.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, tendo em conta a sua vida útil. Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	0 anos
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros activos fixos tangíveis	5 a 20 anos

Os terrenos não são amortizados por não sofrerem desvalorização pela utilização.

O edifício do immobilizado é o da sede e das instalações onde se desenvolvem as atividades da Instituição.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho, ou a perda, resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

### a.2) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação dos ativos são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

### a.3) Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Exceto quando sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos em que os custos são capitalizáveis.

#### a.4) Inventários

As mercadorias estão valorizadas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui todas as despesas incorridas até à entrada em armazém.

Se o valor realizável líquido for inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

A reversão das perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressas na demonstração de resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

A Instituição utiliza o regime de inventário permanente.

#### a.5) Contratos de construção - Obras

A Instituição reconhece os custos das obras de acordo com a data da sua entrada em funcionamento se for uma construção nova, caso em que integra o imobilizado, ou quando a obra estiver completa se for arranjo, manutenção ou reabilitação, caso em que é considerada despesa corrente se não aumentar o período de vida útil e/ou não for considerada uma alteração significativa.

#### a.6) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade, com as especificações seguintes:

**1. Venda de bens:** o rédito é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- a. todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- b. a Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- c. os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

**2. Prestação de serviços:** o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as condições sejam satisfeitas, sendo usual o vencimento no final do Mês.



**3. Juros:** o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efetivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade. Quando juros não pagos tenham sido acrescidos na aquisição, o recebimento subsequente de juros é distribuído entre os períodos pré e pós aquisição, a somente a parte pós aquisição é reconhecida como rédito.

#### **a.7) Subsídios do Governo e Apoios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à prestação de serviços decorrentes das respostas sociais convencionadas são reconhecidos como proveitos correntes.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados a investimentos no ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis, ou ativos intangíveis com vida útil indefinida, serão mantidos no capital próprio.

Subsídios do Governo reembolsáveis são reconhecidos como passivos, e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

#### **a.8) Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não

monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

#### **a.9) Imposto sobre o rendimento do período**

O gasto referente ao imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente apurado.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Instituição de acordo com as regras fiscais em vigor.

#### **a.10) Instrumentos financeiros**

##### **a. Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões nos rendimentos.

##### **b. Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O custo dos juros incorrido com empréstimos é reconhecido na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

##### **c. Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo valor do custo.

##### **d. Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos montantes líquidos de valores em caixa e nos depósitos à ordem.

#### **a.11) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.



**a.12) Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

**a.13) Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos funcionários incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, comissões e outras retribuições adicionais que forem decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

- a) As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

**b) Outras políticas relevantes**

As políticas contabilísticas apresentadas anteriormente foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF-ESNL. Na data do balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade.

**c) Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**d) Principais fontes de incerteza das estimativas**

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

**3.2. Alterações das políticas contabilísticas**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação.

### 3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas da Instituição.

### 3.4. Correção de erros de períodos anteriores

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

### 3.5. Estimativas

Os custos que pela sua natureza não foi possível atribuir em exclusivo a uma Resposta Social determinada foram repartidos por todas as Respostas Sociais com recurso a uma percentagem ponderada, calculada com base no nº de utentes, de funcionários de cada Resposta Social e da utilização das instalações e equipamentos, processo este também aplicado às receitas que não se destinavam a uma Resposta Social determinada.

## 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

**4.1.** As bases de mensuração e os métodos de depreciação utilizados, bem como as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

**4.2.** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



31 de Dezembro de 2020					
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-2020
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 356 191,69	46 072,62	-	-	2 402 264,31
Equipamento básico	266 990,09	-	-	-	266 990,09
Equipamento de transporte	168 626,36	-	-	-	168 626,36
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
<b>Total</b>	<b>2 916 925,74</b>	<b>46 072,62</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 962 998,36</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	349 701,17	-	54 088,06	-	403 789,23
Equipamento básico	265 553,71	-	-	-	265 553,71
Equipamento de transporte	151 897,56	-	15 614,80	-	167 512,36
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	99 259,75	-	5 849,15	-	105 108,90
Outros activos fixos tangíveis	7 973,97	-	-	-	7 973,97
<b>Total</b>	<b>875 094,50</b>	<b>-</b>	<b>75 552,01</b>	<b>-</b>	<b>950 646,51</b>

31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 402 264,31	-	-	-	2 402 264,31
Equipamento básico	266 990,09	15 821,98	-	-	282 812,07
Equipamento de transporte	168 626,36	17 000,00	-	-	185 626,36
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
<b>Total</b>	<b>2 962 998,36</b>	<b>32 821,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 995 820,34</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	403 789,23	-	25 713,32	-	429 502,55
Equipamento básico	265 553,71	-	28 050,22	-	293 603,93
Equipamento de transporte	167 512,36	-	19 014,80	-	186 527,16
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	105 108,90	-	4 536,21	-	109 645,11
Outros activos fixos tangíveis	7 973,97	-	-	-	7 973,97
<b>Total</b>	<b>950 646,51</b>	<b>-</b>	<b>77 314,55</b>	<b>-</b>	<b>1 027 961,06</b>

#### 4.3. Restrição de titularidade de ativo fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Nada a referir.

#### 4.4. Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2021 a Instituição não tem assumido qualquer compromisso contratual para aquisição de ativos fixos tangíveis.

#### 4.5. Ativos fixos tangíveis expresso por quantias revalorizadas

A Instituição não possui ativos fixos tangíveis revalorizados.

## 5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

## 6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Durante o período de 2021 a Instituição não capitalizou custo de empréstimos obtidos.

## 7. INVENTÁRIOS

7.1. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, bem como a fórmula de custeio usada estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

7.2. Em 2021 e em 2020, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:

	2021			2020		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias			0,00			0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 283,29		5 283,29	3 784,54		3 784,54
Produtos e trabalhos em curso			0,00			0,00
	<u>5 283,29</u>	<u>0,00</u>	<u>5 283,29</u>	<u>3 784,54</u>	<u>0,00</u>	<u>3 784,54</u>

7.3. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é detalhado conforme se segue:



	2021		
	Marcadorias	MP, Subsid. consumo	Total
Existência inicial		3 784,54	3 784,54
Compras		121 729,80	121 729,80
Regularizações			0,00
Existência final		5 283,29	5 283,29
Custo das merc. vendidas e das mat. consumi	0,00	120 231,05	120 231,05

  

	2020		
	Marcadorias	MP, Subsid. consumo	Total
Existência inicial		5 073,63	5 073,63
Compras		115 707,36	115 707,36
Regularizações			0,00
Existência final		3 784,54	3 784,54
Custo das merc. vendidas e das mat. consumi	0,00	116 996,45	116 996,45

## 8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. As políticas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinação da fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período

	2021	2020
Vendas		
Prestações de serviços	686 583,66	698 126,67
Susídios à exploração	550 031,57	422 559,69
Outros rendimentos	104 447,86	92 596,29
Juros	323,79	
Imparidades / reversões		
<b>TOTAL</b>	<b>1 341 386,88</b>	<b>1 213 282,65</b>

## 9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões	2021			
	Início	Aumentos	Diminuições	Final
Impostos				0,00
Garantias a clientes				0,00
Processos judiciais em curso				0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais				0,00
Contratos onerosos				0,00
Provisões específicas do sector				0,00
Outras provisões	616 072,44	0,00	0,00	616 072,44
<b>TOTAL</b>	<b>616 072,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>616 072,44</b>

Foram criadas provisões no exercício de 2019, para fazer face às irregularidades detectadas na inspecção efectuada pelo Departamento de Fiscalização, Unidade de Fiscalização do Norte do Instituto da Segurança Social.

## 10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

10.1. A Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do governo e de outras entidades públicas:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2021				2020			
	Segurança Social	Município de V. N. Famalicão	IAPMEI	IEFP	Segurança Social	Município de V. N. Famalicão	IAPMEI	IEFP
Quantia escriturada no início	393 822,58	9 000,00	1 140,75	148 068,24	327 618,51			94 941,18
Reconciliação								
Quantia escriturada no final	393 822,58	9 000,00		148 068,24	327 618,51	0,00	0,00	94 941,18

## 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. As bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

11.2. Durante o exercício de 2021 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos relativos aos Fundos Patrimoniais.

	2021			
	Saldo 01/01/2021	Aumentos	Reduções	Saldo 31/12/2021
Fundos	4 987,98			4 987,98
Resultados transitados	1 035 044,69	23 673,81		1 058 718,50
Outras variações de fundos patrimoniais	251 239,70		44 722,18	206 517,52
Resultado Líquido do período	23 673,81	49 885,02	23 673,81	49 885,02
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>	<b>1 314 946,18</b>	<b>73 338,83</b>	<b>68 395,99</b>	<b>1 319 889,02</b>

	2020			
	Saldo 01/01/2020	Aumentos	Reduções	Saldo 31/12/2020
Fundos	4 987,98			4 987,98
Resultados transitados	1 541 274,37	-506 229,68		1 035 044,69
Outras variações de fundos patrimoniais	295 961,88		44 722,18	251 239,70
Resultado Líquido do período	-506 229,68	23 673,81	-506 229,68	23 673,81
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>	<b>1 335 994,55</b>	<b>-482 555,87</b>	<b>-461 507,50</b>	<b>1 314 946,18</b>

11.3. Ativos financeiros dados em garantia ou penhor ou promessa de penhor. No exercício a Instituição não deu ativos financeiros em garantia ou em penhor.

11.4. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano.

a). Dívidas a instituições de crédito.

A instituição contraiu em 2016 um empréstimo bancário, destinado a liquidar os compromissos com o investimento no alargamento e melhoria das suas instalações, no Banco BPI, no valor de 300.000,00€, com um prazo de amortização de sete anos.

	2021		Total
	Corrente	Não corrente	
Financiamento bancário	86 357,66		86 357,66
Locações			0,00
Descobertos bancários			0,00
<b>Total</b>	<b>86 357,66</b>	<b>0,00</b>	<b>86 357,66</b>

11.5. A instituição tem os seguintes investimentos em Fundos:

- Fundos de compensação	-	14 732.49 €
- Quotas Centuris	-	250.00 €

## 12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de funcionários ao serviço de Instituição no final do período foi de 79, e reparte-se do modo seguinte pelas Respostas Sociais. O número de utentes foi 122.

Valência	N.º Médio de funcionários
Creche	22
Serviço de Apoio Domiciliário	18
Lar de Idosos	34
Centro de Dia	10
Actividades diversas	1
Valência	N.º Médio de utentes
Creche	41
Serviço de Apoio Domiciliário	31
Lar de Idosos	36
Centro de Dia	10
Actividades diversas	4













## PARECER DO CONSELHO FISCAL

No desempenho das suas atribuições conferidas pelo art.º 26º dos Estatutos do Centro Social Paroquial de Avidos, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2021 que lhe foram apresentadas pela Direção.

Entendemos que o Relatório de Gestão está corretamente elaborado e suficientemente desenvolvido, seguindo as orientações contabilísticas no que se refere às Instituições de Solidariedade Social, espelhando, com clareza, os pontos principais do ano em apreço.

Felicita a Direção pelo seu trabalho, sendo que as contas apresentam um Resultado Líquido positivo de 49.740.02€ (QUARENTA E NOVE MIL SETECENTOS E QUARENTA EUROS E DOIS CENTIMOS).

Em consequência, o Conselho Fiscal tem o seguinte parecer:

- **O Relatório de Gestão e Contas do Centro Social Paroquial de Avidos merecem aprovação e o Resultado líquido deverá ser transferido para Resultados Transitados.**

Avidos, 15 de Março de 2022

O CONSELHO FISCAL

  
PEDRO MIGUEL FERNANDES SAMPAIO, Dr. – Presidente

  
ANTÓNIO JORGE FERREIRA DE SOUSA – Secretário

  
ADELINO ANTÓNIO SILVA COSTA COELHO – Vogal

